

## **A Influência da Acumulação Flexível e da Globalização na Destituição do Poder do Estado**

### **The Influence of Flexible Accumulation and Globalization on the Destitution of State Power**

### **La Influencia de la Acumulación Flexible y de la Globalización en la Destitución del Poder del Estado**

**Danilo Alves-do Nascimento**

**Federal University of Piauí (Brasil)**

**daniloalves@ifpi.edu.br**

**Danilo Rodrigues-Guedes**

**Federal University of Piauí (Brasil)**

**daniloguedes@ifpi.edu.br**

**Francisco Mesquita-de Oliveira**

**Federal University of Piauí (Brasil)**

**mesquita@ufpi.edu.br**

**José Aprígio Carneiro-Neto**

**Federal Institute of Sergipe (Brasil)**

**aprigio.carneiro.ac@gmail.com**

*Fecha de recepción: 03 de febrero de 2018*

*Fecha de recepción evaluador: 15 de mayo de 2018*

*Fecha de recepción corrección: 11 de junio de 2018*

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo averiguar a influência da globalização e da acumulação flexível na destituição do poder do Estado, para isso os procedimentos técnicos foram delineados pela pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão dos principais conceitos sobre o assunto. Como resultado, pode-se perceber claramente que tais processos influenciaram na diminuição do poder do Estado, pois a acumulação flexível tornou-se uma forma do capitalismo se reerguer e assegurar o seu poder, a globalização, por sua vez, estabeleceu um mercado global onde empresas e instituições fogem do controle do Estado-Nação. Por fim, o trabalho aponta a indispensabilidade de um aprofundamento teórico que possibilite futuras discussões.

**Palavras-chave:** Acumulação Flexível; Globalização; Fordismo; Capitalismo; Poder do Estado.

## Abstract

The purpose of this article is to investigate the influence of globalization and flexible accumulation on the removal of state power, for which the technical procedures were outlined by the bibliographical research, based on a review of the main concepts on the subject. As a result, it can be clearly seen that such processes influenced the decline of state power, since flexible accumulation became a way for capitalism to rebuild itself and secure its power, globalization, in turn, established a global market where companies and institutions are beyond the control of the nation-state. Finally, the work points out the indispensability of a theoretical deepening that allows future discussions.

**Keywords:** Flexible Accumulation; Globalization; Fordism; Capitalism; Power of the State.

## Resumen

El presente artículo tiene como objetivo averiguar la influencia de la globalización y de la acumulación flexible en la destitución del poder del Estado, para ello los procedimientos técnicos fueron delineados por la investigación bibliográfica, a partir de una revisión de los principales conceptos sobre el asunto. Como resultado, se puede percibir claramente que tales procesos influenciaron en la disminución del poder del Estado, pues la acumulación flexible se tornó una forma del capitalismo de rehacer y asegurar su poder, la globalización, a su vez, estableció un mercado global donde las empresas e instituciones huyen del control del Estado-Nación. Por último, el trabajo apunta la indispensable de una profundización teórica que posibilite futuras discusiones.

**Palabras clave:** Acumulación Flexible; Globalización; Fordismo; Capitalismo; Poder del Estado.

## Introdução

A globalização é um fenômeno da modernidade que pode ser observado sob diversos ângulos. Em termos gerais, pode-se afirmar que a globalização resulta a integração da economia de diversas sociedades em um único mercado mundial. O presente texto apresenta uma discussão acerca da influência da globalização e da acumulação flexível na diminuição do tamanho do Estado.

O modelo de acumulação flexível, que por sua vez surgiu com o Toyotismo, rompeu com essa imagem negativa de deterioração da mão de obra, para isso instituiu programas de qualidade total. Como afirma Ramos (1997, p. 86):

A era da acumulação flexível se apresenta como forma de superação da crise capitalista evidenciada a partir de 1973, representada pela crise do petróleo e pelo estagflação. A partir dela, o mercado gradativamente passou a não mais comportar a produção massiva do modelo fordista, gerando desequilíbrio entre produção e consumo, tornando-se instável. Como é no mercado que o capitalista alcança o lucro, pela comercialização das suas mercadorias e de seus serviços, é ele quem informa todo o eixo de organização produtiva, impondo assim, a necessidade de alteração do modo de produção, pela sua flexibilização, sendo preciso também flexibilizar a exploração dos fatores de produção, dentre os quais a força de trabalho, o que explica a necessidade de desregulamentação da legislação.

Acumulação flexível é a forma mais recente encontrada pelo capitalismo para superar crises cíclicas e enfrentar suas contradições internas, surgiu como estratégia frente às críticas sobre a acumulação do capital. O modelo de produção em massa, o fordista, não atendia mais os requisitos das perspectivas industriais modernas. A produção flexível proporcionou uma nova dinâmica com estoques de matéria-prima e de suprimentos utilizados, com objetivo de satisfazer os anseios dos consumidores.

A integração das economias nacionais, no contexto da acumulação globalizada, afetou a construção da democracia assentada numa sociabilidade real, agravando a crise interna, como crise de governabilidade, quando os interesses sociais não mais se constituem ou não conseguem ser efetivados pelo Estado. Isto é, os Estados nacionais se deparam com dificuldades de governar em harmonia com as principais tendências, necessidades e expectativas da sociedade, sobretudo frente ao desafio de apresentar efetividade (IVO, 2001).

Para entender como se deu esse processo, este estudo se fundamentou nessas questões elencadas e suscitadas a partir das principais obras que tratam da globalização em suas vertentes: econômica, social, cultural e política.

Pretende-se por meio deste texto, discorrer como essa diminuição do tamanho do poder do Estado. Vale ressaltar, neste contexto, que os estudos bibliográficos

possibilitaram realizar delineamentos das principais abordagens conceituais e reflexões acerca do tema.

## **Acumulação flexível como fortalecimento do capital**

Em seus movimentos buscando um melhor caminho para se sobrepôr, o modo de produção capitalista encontra no Estado-Nação uma forma de apoio que varia em cada momento específico da história e que tem como objetivo a consecução de seus objetivos. Enquanto vigorava o modelo de acumulação fordista durante boa parte do século XX, o Estado configurava-se como um modelo keynesiano, com forte intervenção na atividade econômica, num esforço integrado para manter o modelo de acumulação vigente.

Em sequência, quando esse modelo mostrava sinais de esgotamento e incapacidade de dar resposta às crises que enfrentava, o Estado moldou-se então numa perspectiva neoliberal para atender às necessidades impostas pelo novo modelo de produção capitalista, a acumulação flexível, com forte predominância do poder do capital sobre o Estado.

A nova forma de acumulação capitalista chamada de acumulação flexível:

(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 2011, p. 140).

Para melhor compreensão do modelo de acumulação flexível, ou pós-fordista, é necessária breve apresentação das características do modelo que o antecedeu e o que levou a seu esgotamento. O fordismo originou-se no EUA, criado por volta de 1914 (ou após a primeira guerra mundial) pelo norte-americano Henry Ford, como um modelo de organização da produção em massa, com base nos princípios tayloristas e sendo responsável por uma verdadeira revolução no processo de produção industrial em massa nas primeiras décadas do século XX.

O fordismo gerou um mercado de massa para os automóveis e instituiu novas formas de consumo social. Tinha como objetivo principal reduzir ao máximo os custos no processo produtivo, oferecendo ao mercado produtos baratos para atingir o maior número possível de consumidores.

Harvey (2007, p. 121) define o ano de 1914 como a data de início deste modelo, quando Ford “*introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares*” como recompensa pelo

trabalho realizado por seus empregados na linha de montagem de automóveis. Com sua linha de produção, onde o trabalho era entregue ao trabalhador, Ford pretendia utilizar da melhor maneira possível o tempo de execução e diminuir ao máximo os custos de produção, nesse modelo havia baixa especialização do operário que seria responsável por executar uma única atividade, além da homogeneidade dos produtos ofertados.

O fordismo expandiu-se em escala mundial, Harvey (2007, p. 119) esclarece que o período pós-segunda guerra que se estendeu de 1945 a 1973, “*teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano*”.

Dessa forma, o fordismo se apresentava como um grande arranjo entre o Estado, a classe trabalhadora e o capital, para viabilização de uma economia de massa, onde os ganhos se davam pela economia de escala, proporcionando certa estabilidade e crescimento socioeconômico nos países de capitalismo central.

Cada parte do arranjo tinha sua função, segundo Harvey:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. [...] (Harvey, 2008, p. 129).

A sustentabilidade desse arranjo se dava da seguinte forma: o Estado para manter sua capacidade fiscal dependia do bom desempenho econômico das grandes empresas multinacionais, pois era por meio da taxação dos lucros que era possível manter uma política de redistribuição, característica do *Welfare State*, contudo, em 1973 a economia mundial enfrenta uma grande recessão, aprofundada pela crise do petróleo.

Conforme Dias (2008, p. 109), o modelo fordista de acumulação chega a um esgotamento que diante de “uma série de fatores e crises apontou para a necessidade de sua superação, pois sua base era a empresa corporativa pouco flexível e que não conseguia responder com presteza ao ambiente dinâmico e instável que a envolvia”.

A rigidez era o principal problema do fordismo, seja a rigidez dos investimentos em capital fixo, rigidez da classe trabalhadora (que lutava pelos seus direitos) ou rigidez do Estado (em torno da cobrança de impostos), fato este que contribuiu para um fraco desempenho das empresas e conseqüentemente para uma crise fiscal do Estado que o colocou num momento de redefinição do seu papel - Harvey (2007). Contribuíram ainda

para a erosão das bases do fordismo, o baixo desempenho da atividade econômica que diminuía os ganhos de produtividade, um ambiente de trabalho em constantes conflitos e greves e a competitividade crescente das empresas japonesas.

O ambiente dinâmico e instável deve-se em grande parte a acentuação da globalização ocorrida nas últimas décadas do século XX, que obrigou as empresas a se adaptarem as novas características do mercado. Não havia mais espaço para a rigidez, o novo ambiente demandava flexibilidade e desenvolvimento de alternativas para rápida adaptação às mudanças.

Dessa forma, sentencia Dias (2008, p. 110) “*a competição assumiu aspectos bem dinâmicos que impunham às empresas a adoção de estratégias de gestão de um conjunto de bens bastante diferenciados e em contínua renovação*”. Estavam, dessa forma, colocadas às condições para o surgimento de um novo modelo de acumulação do capital, a acumulação flexível.

Se o fordismo se ancorou nos princípios tayloristas em sua linha de produção industrial, com a reestruturação do processo produtivo proporcionado pela cumulação flexível o toyotismo foi à plataforma por meio da qual se desenvolveu a nova forma de organização das grandes empresas.

Desenvolvido nas fabricas de automóveis da Toyota Motors no Japão para atender as particularidades do mercado deste país, o toyotismo se caracterizou por produzir aquilo que o mercado demandava, com eliminação de desperdícios e tendo a qualidade e flexibilidade como filosofia, afirma Dias (2008 p. 129) que o toyotismo “*ou modelo de produção enxuta*” foi a forma com que as grandes corporações encontraram para se readequarem a nova realidade, com destaque para “*a adoção do sistema just-in-time, a multifuncionalidade dos trabalhadores e a relação piramidal de relações interempresariais entre empresas subcontratadas*”

Na mudança desses regimes, de um rígido e concentrado para outro flexível e dinâmico ocorreu uma verdadeira revolução nas grandes organizações, o novo modelo descentralizado alterou significativamente a estrutura econômica das nações industrializadas, com fortalecimento do papel das pequenas e médias empresas. O desenvolvimento local, lócus das pequenas empresas, ganha mais importância, pois a economia de escala já não é mais a prioridade.

As mudanças provocadas foram também política e social, afirma Dias (2008 p. 117) que “*o local, portanto, revalorizado no contexto da crescente globalização adquire uma nova dimensão, pois se constitui como um âmbito geográfico com maior autonomia, considerando a diminuição relativa do poder centralizador do Estado*”.

Um comparativo dessa descentralização ocorrido no ambiente das organizações empresariais pode ser feito em nível de Estado-Nação, onde Castells (1999) aponta que,

em busca de recuperar sua legitimidade, a descentralização do Estado-Nação por meio da transferência de poderes e recursos para os governos locais e regionais tornou-o cada vez mais incapaz de atender aos diversos interesses envolvidos pelos atores sociais, agravando a crise de legitimidade e o equilíbrio do Estado-Nação.

A acumulação flexível, conforme Harvey (2007, p. 140) “*é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo*”.

De acordo com Antunes e Druck (2014, p. 14):

A acumulação flexível se fundamenta num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e associa-se ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão de força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se numa estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho” e dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional, qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem a finalidade de redução do tempo de trabalho.

Desregulamentação foi a palavra de ordem no novo regime de acumulação, para que o sistema financeiro global se reorganizasse o Estado deveria afastar-se, afirma Harvey (2007, p. 156) que “*é verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro*”.

Resta claro, pelas palavras do autor, que a acumulação flexível assegurou o poder do capital sobre o Estado-Nação. Este, ameaçado pelo poder econômico, deveria ter uma presença mínima e intervir somente naquilo que fosse demandado pelo capital, tornando as economias nacionais cada vez mais dependentes do disciplinamento financeiro imposto pelo fluxo de capital internacional.

## **A influência da globalização frente o Estado**

O debate sobre a influência da globalização, consequência do processo de remodelação do modelo capitalista de produção, aponta para um enfraquecimento do poder do Estado como agente regulador e promotor das atividades político-econômicas frente às novas organizações mundiais.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela crise do capitalismo, a globalização volta em cena enquanto fenômeno que prometia conquistas. Instituída como

processo universal, inclusivo e homogeneizador, a globalização se afirmar como único caminho aos Estados nacionais e ao ingresso à modernidade capitalista.

Desajustes causados pela mudança de padrão de acumulação, aceleração da globalização e às exigências de e estruturação econômica, vem intensificando a competição entre empresas e países. A pressão competitiva vem forçando empresas e demais instituições a desenvolverem novos modelos organizacionais. Como reconhece Ivo (2001, p. 50): Quanto mais a lógica impessoal do mercado se impõe em escala global, mais se observa uma maior flexibilização (terceirização), que se autonomizam numa dependência no âmbito local.

A globalização se coloca então como um processo de desenvolvimento, onde países emergentes teriam acesso à economia mundial e aos frutos advindos do capitalismo. Coutinho, Cassiolato e Silva (1995) afirmam que:

“As novas dimensões da globalização relacionam-se à emergência de um sistema mundial de interligações de redes privadas entre os principais bancos e empresas industriais e de serviços nos países mais avançados. Instalam-se, assim, as redes de informação mundiais internas que permitem à empresa unir, por exemplo, atividades de P&D, produção e marketing ao redor do mundo, estimulando ampla gama de alianças e ligações” (p. 22).

Forjaz (2000) faz um interessante comparativo com o processo de globalização ocorrido no final do século XX, colocando que não seria esta a primeira vez em que o Estado Nacional se veria enfraquecido diante da concorrência de outras instituições. Se outrora a soberania sofria pressão por parte da Igreja e do Império durante o feudalismo, hoje outras organizações ou instituições cumprem esse papel, como a ONU – Organização das Nações Unidas, OMC – Organização Mundial do Comércio e o FMI – Fundo Monetário Internacional, que impõem regulamentos e leis que pautam o conteúdo político e econômico nacional em benefício de blocos regionais e empresas transnacionais.

Neste cenário de enfrentamento de forças como aponta Castells (1999, p. 287) o *“controle do estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação”*, o autor atenta para uma distinção que considera fundamental nesse processo de transformações, afirmando que o Estado-Nação aparentemente perde seu poder, mas não sua influência. Forjaz (2000) ratifica esta posição colocando que o mesmo *“ainda é um ator fundamental na economia global e apenas começa a sofrer limitações em sua soberania e em sua autonomia decisória”*.

Para fazer valer sua influência, as organizações supranacionais fazem uso da legitimidade que o Estado possui para suprirem suas demandas, pois:

“O Estado tem o papel de fonte de legitimidade para transferir poder ou sancionar novos poderes ‘acima’ e ‘abaixo’ dele: acima, através de acordos entre os Estados para



estabelecer e cumprir as formas de gobernabilidade internacional; abaixo por meio da ordenação constitucional dentro de seu próprio território da relação de poder e autoridade entre governos centrais, regionais e locais e também os governos privados publicamente reconhecidos pela sociedade civil” Hirst e Thompson (1998, p. 295).

O controle cada vez mais precário do governo sobre a economia, que leva a seu enfraquecimento, guarda relação com os interesses das empresas transnacionais em busca de mercados que possibilitam saídas para a crise e que para isso exigem um ambiente de flexibilidade que só se torna possível com a quebra das barreiras impostas pelo Estado.

Para Liguori, (1998, p. 50):

[...] os Estados são ou estão se tornando ininfluentes e supérfluos, os governos também, enquanto os partidos e a política não têm futuro algum. Fim do Estado nação, portanto: a globalização e a transnacionalização da empresa teriam definitivamente deslocado o Estado, teriam acabado com a política entendida como esfera autônoma, mesmo que não separada. A bola volta à sociedade: são os atores sociais que devem retomar em suas mãos o próprio destino. O welfare state acabou. Mas, para alguns, em breve, também acabará totalmente o Estado, arrasado pelo mercado mundial.

Nessa perspectiva, afirmam Hirst e Thompson (1998, p. 65) que “quanto mais integrados os mercados de capitais, mais móvel internacionalmente torna-se o capital e mais probabilidade das poupanças internas e dos investimentos se espalharem”, dessa forma, a pulverização dos ativos em diversas nações retira do Estado sua capacidade de regulação ou de aplicação do investimento interno nacional.

Como consequência da prioridade da economia nacional voltada para os interesses dos agentes da globalização, Santos (2008, p. 66) alerta que o “Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social, ele se omite quanto aos interesses da população e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante”. Aquilo que não for do interesse dessas organizações terá pouca ou nenhuma possibilidade política de prosperar, conforme Hirst e Thompson (1998, p. 17) há “restrições crescentes à governabilidade de nível nacional, que impede políticas macroeconômicas ambiciosas significativamente divergentes das normas aceitáveis pelos mercados financeiros internacionais”.

Ocorre que existe uma nova hierarquização dos espaços que envolve a globalização, fragilização do Estado-Nação, transformação do papel das metrópoles, reforço do papel das cidades. Por trás dessa desarticulação encontramos o descompasso entre a rapidez da evolução das técnicas e a relativa lentidão das transformações institucionais, gerando uma esfera econômica mundial sem nenhuma espécie controle ou regulação, e uma perda generalizada de governabilidade.

Com as limitações impostas às demandas nacionais, por meio das restrições de governabilidade, ocorre o que Castells chama de comprometimento da capacidade de ação do Estado-Nação pela globalização da produção de bens e serviços, pela

globalização da mídia e da comunicação eletrônica. Em Santos (2008, p. 65) encontramos o capital e a informação como colunas da globalização, o autor considera que estes se impõem de forma autônoma diante da sociedade e voltada para o atendimento dos “reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais”, em oposição às demandas sociais.

Segundo Lastres e Ibagli, (1999, p. 35):

[...] estaríamos caminhando para um mundo sem fronteiras com mercados (de capitais, informações, tecnologias, bens, serviços etc.) tornando-se efetivamente globalizados e para um sistema econômico mundial dominado por “forças de mercado incontrolláveis”, sendo seus principais atores as grandes corporações transnacionais socialmente sem raízes e sem lealdade com qualquer Estado-Nação... Dessa perspectiva, a globalização é apresentada como um mito, um fenômeno irreversível sobre o qual não se pode intervir ou exercer influência.

Em sua análise sobre a globalização da atividade econômica e os desafios de governabilidade que ela provoca ao Estado, Hirst e Thompson, avaliam que é a mudança de autonomia das economias nacionais na condução de sua atividade econômica a principal questão em jogo.

Em consonância com a colocação de Hirst e Thompson, Castells (1999, p. 288) faz referência a relação de interdependência dos mercados financeiros e monetários em nível mundial, que operam em tempo real, criando um elo entre as diversas moedas nacionais e que em consequência disso os Estados-Nação “*estão perdendo e efetivamente perderão o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas*”.

Não só a autonomia na condução das questões econômicas é abalada pela influência das grandes corporações, Santos (2008, p. 78) vai além e cita que também a soberania é afetada pela globalização e busca como exemplo a entrega da direção dos bancos centrais a agentes comprometidos com as premissas ideológicas da finança internacional do que com os interesses concretos das sociedades nacionais.

Essa dinâmica da globalização sob a plataforma de um ideário neoliberal enfraquece o Estado naquela que deve ser sua principal função que é a de criar políticas que visem o desenvolvimento socioeconômico da nação e o bem-estar da sociedade. Lima Filho (2004, p. 35) afirma que é no âmbito dos Estados nacionais e organizações internacionais que se desenvolvem as ações e políticas que concretizam a globalização.

Dessa forma, o autor coloca que as chamadas políticas neoliberais seriam a forma como se materializam as condições de desenvolvimento e expansão da globalização, como “*a abertura dos mercados nacionais de bens e serviços, abertura de mercados financeiros e remoção de quaisquer barreiras aos fluxos de capital, desregulamentação das relações capital-trabalho, privatização de empresas estatais, programas de ajuste estrutural*” todas responsáveis pela redefinição da ação do Estado no aspecto econômico e na definição de suas políticas sociais.

Percebe-se, neste cenário, que o Estado perdeu grande parte de seu poder econômico, sendo destituído de poder na execução do controle sobre a política monetária, na definição e destinação de seu orçamento e conseqüentemente leva a dificuldades em honrar seus compromissos que objetivem proporcionar benefícios sociais a população, (Castells, 1999, p. 298).

As privatizações são um bom exemplo deste cenário, uma vez que estas se caracterizam pela transferência do patrimônio público para o domínio de grupos da iniciativa privada, que resultam na diminuição das atividades do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de alcance social, principalmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, numa verdadeira prevalência dos interesses empresariais sobre o interesse público.

A globalização com todo o seu poder de propagar influências sobre as nações impõe-se como um crescente desafio à soberania dos Estados, para Castells (1999, p. 287) isso deriva da *“incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares”*.

Infere-se das colocações de Castells (1999) que a fluidez das operações comerciais aliadas a constante movimentação dos recursos financeiros em escala global, leva a uma capacidade cada vez mais limitada de os governos nacionais assegurarem em seus territórios a base produtiva para a geração de receita, o que aponta para uma crise fiscal no futuro. Para o autor, a globalização acaba por comprometer a autonomia e a capacidade de decisão do Estado-Nação.

## Metodologia

A pesquisa adotou a perspectiva qualitativa e os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Os procedimentos técnicos foram delineados pela pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão teórica dos principais conceitos e das diferentes visões sobre o assunto.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo um levantamento de algumas obras que chamam a atenção sobre esta temática, de caráter exploratório pelo fato de levantar dados junto à literatura especializada para elaboração do arcabouço teórico do trabalho. Desta maneira, permitiu atualizar conhecimentos visando apreciar os diversos posicionamentos que os estudiosos têm sobre o tema.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica são estudos realizados por meio de registros disponíveis e devidamente publicados, de pesquisas anteriores, que abordam o tema proposto. Além disso, propicia melhor compreensão dos fenômenos e contribui para novas leituras, sendo isso possível, através da fundamentação teórica escolhida.

## Considerações Finais

A partir dos resultados desse estudo, evidenciaram-se as influências da globalização e da acumulação flexível na diminuição do poder do Estado. Conclui-se dessa forma que a acumulação flexível, como modelo de produção instituído pelo capital, torna-se uma forma do capitalismo se reerguer, pois o modelo de acumulação tradicional e produção em massa não atendiam mais os interesses do mercado.

Diante do exposto, considerando as questões específicas desse, observa-se que através da globalização, onde se criou um mercado único, empresas e instituições fogem do controle do Estado-Nação enfraquecendo assim seu poder.

A globalização da produção, a intervenção cada vez menor do Estado sobre a economia, governos endividados e dependentes a empréstimos externos, propiciam um excelente cenário para e condições para uma crise internacional do Estado-Nação. Crise esta que envolve tanto os países em desenvolvimento quanto países ricos.

Convém salientar, por fim, que o questionamento aqui levantado ainda requer, certamente, de um acúmulo de conhecimentos sobre outros estudos que possam, por sua vez, engrandecer a análise. Portanto, o presente artigo se apresenta como uma singela colaboração para uma reflexão e discussão sobre aspectos considerados imprescindíveis para uma sensata compreensão do tema.

## Referências

- Afonso, A. J. (2001). *Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional*. Educação & Sociedade, ano XXII, nº75, agosto/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03>>. Acessado em: 01.12.2017.
- Antunes, R.; Druck, G. A. (2014). *Epidemia da terceirização*. In Antunes, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- Castells, M. (1999). *Destituição do poder do Estado*. São Paulo, Paz e Terra.
- Coutinho, L.; Cassiolato, J. E.; Silva, A. L., (orgs.) (1995). *Telecomunicações, Globalização Competitividade* (Papirus, Campinas).
- Dias, R. (2008). *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Forjaz, M. C. S. (2017). *Globalização e crise do estado nacional*. Rev. adm., empres., Jun 2000, vol.40, nº.2, p.38-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>.
- Harvey, D. (2011). *Condição pós-moderna*. 21ª ed. São Paulo: Loyola.

- Harvey, D. (2007). *Condição pós-moderna*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Hirst, P.; Thompson, G. (1998). *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes.
- Ivo, A. B. L. A (2001). *Destituição do social: Estado, governo e políticas sociais*. Caderno CRH, nº 35, p. 41-84, jul./dez. Salvador.
- Liguori, G. (1998). *Stato e mondializzazione in Gramsci*. Rivista Critica Marxista, n. 4/5, Roma: Editori Riuniti.
- Lima, F.; Domingos, L. (2004). *Dimensões e limites da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pinto, R. M. C. (2012). *Assédio moral no ambiente de trabalho e a política empresarial de metas*. Belo Horizonte: RTM.
- Ramos, A. L. (1997). *Acumulação flexível & Direito do Trabalho*. Revista de Ciências Humanas, v. 15, n. 22, ed. 2º sem. Florianópolis.
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez.